



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676169

Territorialidades indígenas transfronteiriças na Amazônia urbana do Século XXI: acolhimento e mobilidade Warao em Manaus-AM

Geisy Sulamita Barroso Rodriguez ¹

Raphael Fernando Diniz ²

Claudia Yolima Devia Acosta³

Resumo

O presente artigo analisa a rede de acolhimento e a mobilidade do povo Warao em Manaus entre 2017 e 2025. Fruto de pesquisa-ação e observação participante, o trabalho tensiona os limites das políticas de acolhimento humanitário face à circularidade tradicional indígena. A fundamentação teórica ancora-se na multiterritorialidade (Haesbaert), no território-processo (Saquet), na geometria do poder (Massey), no espaço do cidadão (Santos) e na perspectiva dos espaços de autonomia (Souza). A análise demonstra que, diante da rigidez burocrático-estatal que busca o controle espacial, o povo Warao opera táticas ativas de apropriação e ressignificação do cotidiano e do território nos abrigos e vias públicas. Conclui-se pela necessidade urgente de reformular o planejamento urbano, reconhecendo as territorialidades móveis como parte do direito à cidade na Amazônia contemporânea.

Palavras-chave: Povo Warao; Território-Processo; Acolhimento Institucional; Manaus; Geografia Humana.

Cross-border indigenous territorialities in the 21st century Urban Amazon: reception and Warao mobility in Manaus, State of Amazonas, Brazil

Abstract

This article analyzes the reception network and the mobility of the Warao indigenous people in Manaus between 2017 and 2025. Resulting from action research and participant observation, this study challenges the limits of humanitarian reception policies when confronted with traditional indigenous circularity. The theoretical framework is anchored in the multi-territoriality of precarization (Haesbaert), territory-process (Saquet), the geometry of power (Massey), the citizen's space (Santos), and the perspective of spaces of autonomy (Souza). The analysis demonstrates that, faced with a rigid state bureaucracy seeking spatial control, the Warao people employ active tactics to appropriate and re-signify daily life and territory within shelters and public spaces. The study concludes that

¹ Mestranda em Geografia, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), sulamitageisy@gmail.com

² Doutor em Geografia, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), diniz@ufam.edu.br

³ Doutora em Geografia, Universidad Surcolombiana (USCO) - Neiva, Colombia, claudia.devia@usco.edu.co

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676169

there is an urgent need to reformulate urban planning by recognizing mobile territorialities as an integral part of the right to the city in the contemporary Amazon.

Keywords: Warao People; Territory-Process; Institutional Shelter; Manaus; Human Geography.

Introdução

A Pan-Amazônia contemporânea é marcada por uma complexa rede de fluxos que desafia e tensiona as fronteiras político-administrativas tradicionais dos Estados-nações. No cerne dessa dinâmica, a cidade de Manaus consolida-se como um polo central de atração, dispersão e reconfiguração de fluxos migratórios e de mobilidade humana (Figura 1). Dentre esses deslocamentos, a circulação e o assentamento temporário ou permanente do povo Warao – grupo indígena transfronteiriço originário do Delta do Orinoco, na Venezuela – no tecido urbano manauara impõem novos olhares e urgências analíticas para a Geografia Humana e para as políticas de assistência social.

Figura 1 - Rota de deslocamento transfronteiriço da população indígena Warao até o município de Manaus.



Elaboração: Ednaldo Severo (2022).

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676169

A inserção desses sujeitos no espaço urbano não se dá de forma isolada, pacífica e acolhedora; ela tensiona as estruturas socioespaciais da metrópole amazônica, evidenciando as contradições do planejamento urbano e os limites da ação estatal.

Neste contexto, este trabalho resulta de um esforço de abordagem reflexiva e da sistematização de experiências acumuladas no âmbito de atividades de pesquisa, observação de campo e acompanhamento técnico-institucional dessas dinâmicas de mobilidade e inserção indígena em Manaus, desenvolvidas ao longo do período compreendido entre os anos 2017 e 2025.

Ao longo desse percurso, estabeleceu-se um diálogo contínuo entre a universidade, sociedade civil organizada e diferentes instâncias governamentais e agências internacionais de proteção humanitária que atuam na recepção e ordenamento do fluxo migratório na capital amazonense. A atuação em campo permitiu acompanhar de perto as estratégias de sobrevivência, a produção do espaço cotidiano e as formas de apropriação do ambiente urbano por parte desse povo.

Diante desse cenário, o objetivo deste artigo é analisar geográfica e criticamente as práticas de mediação e os desafios da recepção institucional voltados ao acolhimento e à reconfiguração territorial do povo Warao em Manaus. Busca-se compreender como a vivência prática e o acompanhamento técnico-acadêmico podem lançar luz sobre os processos de produção do espaço e as disputas políticas por direito à cidade e à identidade na Amazônia contemporânea.

Metodologia

A metodologia que fundamenta este artigo alinha-se à tradição crítica e humanista da Geografia Humana. Compreender a complexidade da mobilidade indígena Warao e de sua reconfiguração territorial em Manaus exigiu a adoção de um percurso metodológico fundamentado na pesquisa-ação e na observação participante. Essas abordagens permitiram construir um canal de mediação intercultural onde os pesquisadores não se colocam como meros observadores externos, mas como agentes coparticipantes da realidade estudada.

O material empírico que subsidia as reflexões deste trabalho foi construído ao longo de um extenso período de atuação em campo, compreendido entre os anos de 2017 e 2025. Durante esse tempo, a vivência prática desdobrou-se em duas frentes principais: a observação sistemática e direta dos espaços cotidianos de abrigo e trânsito indígena na cidade e a atuação técnico-institucional em reuniões de planejamento, fóruns de direitos humanos e comissões de monitoramento de fluxos migratórios (Figuras 2 e 3). O registro dessas experiências foi sistematicamente catalogado por meio de diários de campo e notas de conjuntura.

A imersão em campo revelou que o fazer metodológico junto às populações em situação de extrema vulnerabilidade e mobilidade transfronteiriça impõe severos desafios éticos e operacionais. É preciso romper com o tempo produtivo da ciência ocidental para respeitar o tempo da escuta e do silêncio. Um registro recuperado das cadernetas de campo ilustra esse tensionamento:



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676169

A chegada ao espaço de acolhimento nos obriga a desconstruir imediatamente os roteiros previamente estabelecidos. Os fluxos de famílias, a dinâmica de circulação interna entre as tendas e as barreiras da tradução linguística evidenciam que o território da pesquisa não se deixa enquadrar por categorias estáticas. A metodologia precisa ser, antes de tudo, maleável e baseada no respeito à autonomia dos sujeitos (Diário de Campo, 2017, documento interno).

Figura 2 – Círculo de Diálogo com povo Warao.



Fonte: Acervo da pesquisadora - SAIAF (2017)

Figura 3 - Painéis metodológicos e sistematização de demandas coletivas



Fonte: Acervo da pesquisadora - SEJUSC (2017).

Outro desafio metodológico central consistiu na mediação com a complexa rede institucional que atua na gestão da migração em Manaus. A participação em espaços formais de articulação multi-institucional – envolvendo desde agências humanitárias internacionais até secretarias de assistência social locais – exigiu um esforço analítico



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676169

constante para decifrar como as diretrizes técnicas globais são traduzidas (e muitas vezes distorcidas) na escala do cotidiano urbano local.

Assim, o método adotado neste artigo constitui-se como um movimento dialético permanente entre a vivência de chão de abrigo, a análise documental das políticas públicas e a teorização geográfica crítica, buscando no território-processo de Saquet (2015) o respaldo para olhar o espaço como dinâmica viva, conferindo densidade científica a uma trajetória de engajamento social e acadêmico na Amazônia.

Espaços de exclusão, invisibilidade e xenofobia: o fluxo migratório Warao na cidade de Manaus

A chegada e a permanência do povo Warao no ambiente urbano de Manaus descortinam uma realidade complexa, conflitiva e perversa, frequentemente marcada pela precarização habitacional e pela fragmentação socioespacial. Ao ingressarem na cidade, esses fluxos deparam-se com uma geografia urbana desigual, onde os espaços destinados ou ocupados para moradia e subsistência – que variam desde abrigos institucionais temporários e ocupações espontâneas até a inserção nas periferias profundas da cidade – refletem as barreiras invisíveis da exclusão e da xenofobia estrutural.

A experiência de campo demonstrou que a dinâmica de inserção desses grupos nos espaços públicos de Manaus, como praças, terminais de integração e semáforos, funciona inicialmente como uma estratégia visível de sobrevivência econômica e de afirmação de sua presença no espaço urbano. No entanto, essa visibilidade gera imediatas pressões políticas e sociais, tensionando a gestão pública urbana e demandando respostas institucionais que, historicamente, oscilaram entre ações de caráter puramente assistencialista, intervenções de cunho higienista e, gradativamente, a tentativa de consolidação de uma rede de proteção humanitária estável.

A estruturação dessa rede de atendimento em Manaus exigiu a articulação de um arcabouço multi-institucional complexo. Ao longo dos anos, agências internacionais ligadas às Nações Unidas (como o ACNUR), secretarias estaduais e municipais de assistência social e direitos humanos, além de pastorais e organizações não governamentais, desenharam fluxos de abrigamento, interiorização, atendimento médico-sanitário e mediação intercultural.

Contudo, o cotidiano da gestão e do acompanhamento técnico dessas frentes revela gargalos profundos. Um dos principais limites encontrados reside na rigidez da burocracia estatal e dos modelos de acolhimento padronizados, que frequentemente desconsideram as especificidades da organização social, do parentesco e do tempo cosmológico do povo Warao. As respostas institucionais de abrigamento tendem a impor regras de confinamento, sedentarização ou dispersão familiar que colidem frontalmente com a circularidade tradicional e a autonomia territorial desses povos, transformando os espaços de acolhimento em cenários de constante negociação, conflito e tensionamento político.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676169

Diálogos Conceituais: Território, Multiterritorialidade e a Urgência do Espaço Cidadão

Para compreender a complexidade da mobilidade indígena no tecido urbano de Manaus, é imperativo romper com as visões tradicionais que enxergam o território apenas como um espaço delimitado por fronteiras jurídicas ou estatais. O território, antes de tudo, é uma relação viva de poder, apropriação e afetividade conforme perspectiva multidimensional de Haesbaert (2004). No contexto da migração e do deslocamento forçado de populações originárias, o que se testemunha nas ruas da capital amazonense não é um simples deslocamento demográfico, mas um processo profundo de reconfiguração de existências no espaço.

Historicamente, o pensamento conservador tendeu a associar a saída do indígena de suas terras de origem a um processo irreversível de perda de identidade ou descaracterização cultural, como se o espaço urbano fosse intrinsecamente um aniquilador de alteridades. No entanto, o instrumental teórico da Geografia Humana contemporânea permite ler essa realidade sob outra ótica. Rogério Haesbaert (2004) convida a superar o mito da "desterritorialização" absoluta. Para o autor, ninguém vive em um vazio territorial; o que ocorre, na verdade, são processos de (re)territorialização.

No caso do povo Warao que transita pelas fronteiras e se assenta temporária ou permanentemente na metrópole manauara, emerge o fenômeno da multiterritorialidade. Esses sujeitos reconstroem suas redes de sobrevivência e seus laços cosmológicos articulando múltiplos espaços ao mesmo tempo: a memória da terra natal no Delta do Orinoco, as redes de parentesco que cruzam as fronteiras fluviais e as novas táticas de ocupação dos abrigos institucionais e periferias urbanas. A multiterritorialidade aqui, contudo, não se apresenta como aquela flexibilidade celebrada pela globalização hegemônica para as elites financeiras. Trata-se, como bem pontua Haesbaert (2014, p. 122), de uma multiterritorialidade em que se observa a intensificação das condições de precarização territorial, vivida na pele por aqueles que precisam fragmentar sua existência e circular pelo espaço para garantir a reprodução física e cultural do seu grupo.

É nessa perspectiva de um espaço que pulsa e se move que a abordagem de Marcos Aurélio Saquet confere um peso categórico. Saquet (2015, p. 84) destaca que o território não é estático; ele é um processo histórico e multidimensional, indissociável das relações de poder, da economia, da cultura e, fundamentalmente, do movimento. Ao cruzar as fronteiras e redefinir os lugares de permanência na capital, compreende-se o território a partir de sua dinâmica processual e multidimensional, configurando um legítimo território-processo. A territorialidade, aqui, é feita pelo movimento e pela descontinuidade espacial. O indígena não deixa de produzir território quando caminha pela cidade; ele exerce sua apropriação através do ritmo de sua própria cultura, desafiando a tentativa do Estado de enquadrá-lo em uma geografia imóvel.

Diante disso, a realidade observada em campo ganha contornos nítidos sob a lente de Doreen Massey e sua categoria de "geometria do poder" (Massey, 2000, p. 179), evidenciando que a mobilidade não é distribuída de forma igualitária. Enquanto os fluxos da capital movem-se livremente pela metrópole, os corpos indígenas transfronteiriços enfrentam o peso de uma estrutura que tenta subordinar seus movimentos, confinando a

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676169

existência e as táticas espaciais do povo Warao aos limites regulamentares das estruturas de acolhimento.

É nessa trama de tensão entre a vulnerabilidade socioespacial e a resistência cotidiana que a leitura de Milton Santos se torna fundamental. Santos (1987) alerta para a dualidade do espaço urbano nas metrópoles do Sul Global, dividido entre os fluxos da racionalidade dominante e os fluxos da espontaneidade e da necessidade (protagonizados pelos de baixo). Ao ocuparem praças e semáforos, ou ao tensionarem a rotina burocrática dos abrigos institucionais, os grupos indígenas transfronteiriços operam e reivindicam aquilo que se desenha como o espaço do cidadão, contrapondo-se à lógica tutelar.

Essa insurgência cotidiana dialoga diretamente com a perspectiva de Marcelo Lopes de Souza (2006, p. 111) sobre a necessidade de superar a mera "gestão urbana" tecnocrática em prol de um verdadeiro desenvolvimento urbano pautado na autonomia. Para o autor, o espaço não é apenas o palco das estruturas de dominação, mas também o meio pelo qual os grupos marginalizados constroem seus "espaços de autonomia" face ao controle social. Ao subverterem as normas rígidas do confinamento institucional, as táticas Warao transformam o espaço de controle regulamentar em um território de reprodução de sua própria existência política e cultural.

Eles não aceitam passivamente a condição de objetos da assistência humanitária; fazem-se sujeitos, criando uma geografia dos de baixo. O abrigo deixa de ser apenas um teto fornecido pelo Estado e passa a ser – ainda que sob o signo do conflito – um espaço de reprodução de saberes, de fala na língua materna, de confecção de artesanato e de articulação política. Portanto, inter-relacionar as reflexões de Haesbaert, Saquet, Massey, Santos e Souza, permite enxergar que a mobilidade Warao em Manaus não é uma anomia ou uma desordem espacial, mas sim a produção de uma nova espacialidade que clama pelo direito à cidade na Amazônia contemporânea.

Reconfiguração territorial, lógicas espaciais antagônicas e a ativa produção de novas territorialidades

A partir da análise minuciosa feita durante nossa atuação técnico-profissional e das observações de campo realizadas entre os anos de 2017 e 2025, observamos que a presença Warao no espaço urbano de Manaus não se resume a uma condição passiva de vulnerabilidade ou submissão às políticas assistenciais. Pelo contrário, o cotidiano das estruturas de acolhimento e das ruas da capital amazonense é palco de um profundo choque de lógicas espaciais e de uma ativa produção de novas territorialidades.

O primeiro grande aspecto evidenciado pela experiência prática diz respeito ao evidente descompasso entre a lógica de ordenamento territorial do Estado e a lógica de mobilidade tradicional dos povos originários. O modelo burocrático e assistencial de recepção humanitária tende a operar sob a lógica da fixação e do controle do espaço. Para a engrenagem governamental, o sucesso do acolhimento muitas vezes é medido pela capacidade de sedentarizar, catalogar e disciplinar os corpos dentro dos limites geométricos e regulamentares de um abrigo institucional. Impõem-se horários rígidos de entrada e saída, critérios de distribuição de alimentos baseados na família nuclear ocidental e restrições à circulação comunitária.



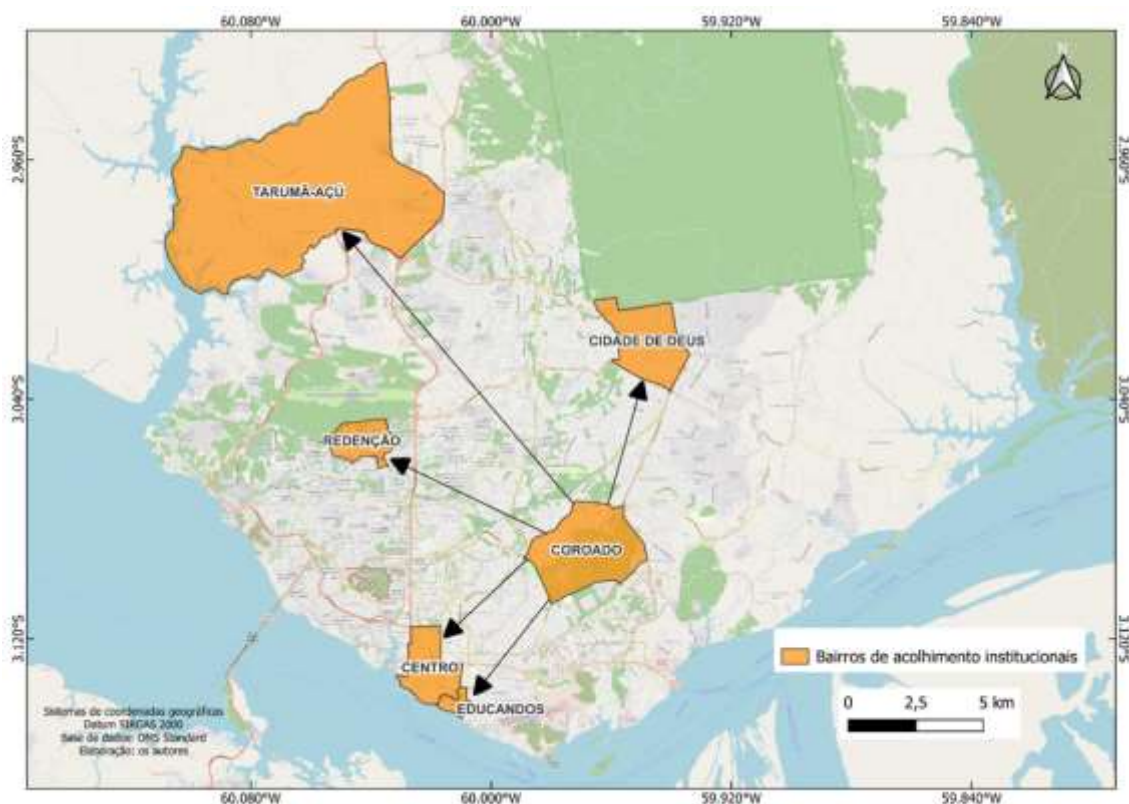
ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676169

Contudo, a vivência de campo demonstrou que a territorialidade indígena é historicamente fundamentada na circularidade e na flexibilidade das redes de parentesco que ignoram as fronteiras nacionais. As tentativas institucionais de engessar essa dinâmica geram constantes tensões. Os sujeitos acolhidos frequentemente subvertem essas regras: organizam saídas coletivas para o espaço público para o exercício de suas atividades econômicas tradicionais (como a coleta e a venda de artesanato de palha de buriti), reconfiguram a distribuição interna dos abrigos para manter núcleos familiares expandidos e mantêm fluxos contínuos de ida e vinda entre Manaus, às cidades de fronteira (como Pacaraima) e os territórios de origem. Não se trata de uma recusa ao diálogo com as instituições, mas sim de uma tática de sobrevivência que afirma a autonomia de suas formas de vida face à rigidez estatal.

O segundo aspecto central da análise reside nos processos micro-geográficos de reterritorialização na cidade. Mesmo confinados em espaços arquitetônicos padronizados, esses grupos acionam o que se pode denominar como táticas de apropriação espacial. O espaço físico do abrigo – originalmente planejado apenas para ser um depósito temporário de indivíduos – é constantemente ressignificado e transformado em território vivo. Na realidade urbana de Manaus, essa dinâmica tensiona a própria distribuição e a estrutura interna dos abrigos institucionais que acolhem essas populações, cujas localizações geográficas e espacialidade podem ser visualizadas na (Figura 4), que revela uma clara estratégia de dispersão e periferação dos corpos migrantes. Os abrigos distribuem-se por zonas distintas e fragmentadas da cidade, forçando o povo Warao a tecer redes complexas de mobilidade urbana. Esses arranjos espaciais evidenciam o que Haesbaert conceitua como a multiterritorialidade decorrente da intensificação das condições de precarização territorial: para garantir a reprodução física e cultural do grupo, os sujeitos são compelidos a circular constantemente dos alojamentos periféricos às centralidades urbanas onde concentram suas táticas de subsistência e coleta.

Figura 4 - Mapeamento e distribuição espacial dos abrigos institucionais para população Warao em Manaus.



Fonte: Elaboração dos Autores (2026).

Isso se materializa na sonoridade cotidiana da língua Warao que ecoa pelos pátios, na readequação de espaços comuns para a confecção coletiva de artesanato com fibras nativas adaptadas e na manutenção de lideranças tradicionais – os *aidamos* (chefes de comunidades) – que intermediam os conflitos internos e as negociações com os técnicos sociais. Um exemplo emblemático dessa resistência espacial observado em campo foi a organização autônoma de celebrações culturais e rituais dentro dos alojamentos urbanos. Essas ações funcionam como verdadeiros manifestos geográficos, demonstrando que é possível produzir abrigo mantendo a dignidade e a alteridade viva no coração da metrópole.

Por fim, as lições práticas extraídas dessa trajetória de quase uma década de engajamento apontam para a necessidade urgente de reformular as premissas da atuação técnico-profissional e das pesquisas em Ciências Sociais, em particular na Geografia Humana, na Amazônia. A experiência acumulada ensina que o papel da universidade na compreensão e na mediação desses conflitos urbanos deve ser o de visibilizar as geografias produzidas, subsidiando tecnicamente os movimentos sociais e pressionando o poder público para a construção de políticas que compreendam o direito à cidade para além do teto: um direito à cidade que garanta a reprodução da identidade e o respeito às territorialidades móveis plurais que tecem o território-processo do cotidiano urbano. Essa trajetória demonstra que a atuação da Geografia Humana vai além das análises teóricas, apoiando-se na perspectiva de Orlando Fals Borda sobre a necessidade urgente de



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676169

investigar a realidade para transformá-la através da práxis, Fals Borda (1979, p 212). Assim, a mediação deixa de ser meramente técnica e consolida-se como um compromisso político e social, no qual a assessoria técnica traduz a pesquisa em ferramentas reais de emancipação e apoio aos movimentos sociais

Para além da rigidez geométrica imposta pelo planejamento estatal, o cotidiano no interior dos abrigos é marcado por microgeografias de resistência. Ao subverterem as normas de confinamento, as comunidades Warao transformam o espaço de controle em um território vivo de reprodução política e identitária. Como se observa na **Figura 5**, essa apropriação se materializa em ações concretas, como a manutenção dos *aidamos* na mediação de conflitos e a reconfiguração dos pátios internos para a confecção coletiva de artesanato com fibras nativas adaptadas. Tais práticas convertem a estrutura institucional em legítimos espaços de autonomia, onde a dignidade e a alteridade indígena são preservadas no coração da metrópole amazonense.

Figura 5 - Práticas cotidianas de reterritorialização e produção de artesanato.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2025).

Considerações finais

O percurso analítico e reflexivo construído ao longo deste artigo evidencia que a mobilidade e a reconfiguração territorial indígena do povo Warao no espaço urbano de Manaus constituem uma das expressões mais complexas e urgentes das dinâmicas geográficas na Amazônia contemporânea. Longe de ser um fenômeno isolado, o trânsito e o assentamento dessas populações nas franjas e no centro da metrópole revelam a efervescência de sujeitos políticos que, mesmo sob o signo da precarização, tecem redes de resistência e afirmam sua identidade.

A nossa sistematização das vivências acumuladas entre os anos de 2017 a 2025 permitiu compreender que as respostas institucionais de acolhimento humanitário, embora fundamentais para a garantia imediata de direitos básicos, ainda carecem de uma sensibilidade geográfica e intercultural profunda. O choque entre a lógica regulatória do Estado – que busca fixar e homogeneizar – e a lógica circular das territorialidades Warao



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676169

– pautada na mobilidade e no parentesco expandido – demonstra que o planejamento urbano e as políticas de assistência social precisam ser radicalmente repensados para abarcar as pluricidades e as multiterritorialidade que batem às portas das nossas cidades.

A costura teórica que propomos entre a multiterritorialidade de Rogério Haesbaert, a perspectiva processual de Marcos Aurélio Saquet, a geometria do poder de Doreen Massey, o espaço do cidadão de Milton Santos e os espaços de autonomia de Marcelo Lopes de Souza cumpre o papel de demonstrar que a prática de campo, quando respaldada por rigor conceitual, potencializa a leitura crítica das dinâmicas urbanas contemporâneas. O povo Warao, ao transformar os espaços de confinamento burocrático em territórios de vida, artesanato, língua e cultura, ensina à Geografia Humana que o espaço urbano também pode ser reinventado a partir de baixo, convertendo a imposição estatal em espaços de emancipação.

Por fim, este trabalho reafirma a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão como pilares para a construção de uma universidade pública conectada com os dilemas de seu tempo e de sua região. Esperamos que este artigo não apenas contribua para o acúmulo acadêmico do debate sobre as territorialidades indígenas, o político e o urbano na contemporaneidade amazônica, mas que também sirva como um manifesto geográfico e humano pela urgência de políticas públicas que reconheçam que o direito à cidade para os povos originários passa, necessariamente, pelo respeito irrestrito à sua autonomia e às suas múltiplas formas de produzir e ressignificar o espaço urbano.

Referências

FALS BORDA, Orlando. **El problema de cómo investigar la realidad para transformarla por la praxis**. Bogotá: Tercer Mundo, 1979

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 3. ed. Rio de Janeiro: Outras Expressões, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1676169

(FAPEAM) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFAM (PPGEOG-UFAM) e à pesquisa desenvolvida no curso de mestrado pela autora principal do artigo.